

ser expressamente referido pelo candidato no requerimento de admissão ao concurso.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

16 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Licenciada Maria Guilhermina Silva Cardoso, assessora principal.

Vogais efectivos:

Licenciada Ana Maria Cunha Ferreira A. Freitas Rodrigues, assessora principal-coordenadora.

Bacharel Maria Isabel Martins Augusto Cassola Delicado, assessora principal-coordenadora.

Vogais suplentes:

Licenciado José António Costa Belo, assessor principal.

Licenciada Maria Zulmira Martins Ribeiro da Fraga, assessora.

Nas ausências e impedimentos da presidente do júri, esta será substituída pela vogal efectiva licenciada Ana Maria Cunha Ferreira A. Freitas Rodrigues.

5 de Julho de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Vice-Presidente, Rui Fiolhais.

Despacho n.º 16 232/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Julho de 2005, proferido no exercício de competência delegada pelo conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., nomeio definitivamente, na categoria de assistente administrativo principal, da carreira administrativa, no quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Centro, após concurso interno de acesso misto, Júlia Maria Fernandes Pereirinha, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, e Alfredo Manuel Mendes Craveiro, do quadro de vinculação do distrito de Castelo Branco do Ministério da Educação, ficando exonerados dos lugares anteriores a partir da data de aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia.)

8 de Julho de 2005. — O Vogal do Conselho Directivo, António Nogueira de Lemos.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal

Aviso n.º 6954/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Junho de 2005 do vogal do conselho directivo do ISS, foi autorizada a transferência da assistente administrativa Palmira Maria Duarte Policarpo Nunes do quadro de pessoal da Escola Secundária Poeta Joaquim Serra do Ministério da Educação para o quadro de pessoal do ex-CRSS de Lisboa e Vale do Tejo, Centro Distrital de Setúbal, ao abrigo e nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.

29 de Junho de 2005. — A Directora, Maria de Fátima Lopes.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 233/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 27 de Abril de 2005, que criou a Comissão para a Avaliação dos Hospitais, S. A., nomeio adjuntos do presidente daquela Comissão a Prof.ª Doutora Maria Cristina Franco Neto de Carvalho Andrade Tavares, a Dr.ª Manuela Fernanda da Mota Pinto, o Dr. José António de Menezes Correia e o Dr. José Luís Alvim Marinho.

2 — Ao Dr. José António de Menezes Correia é aplicável o disposto no artigo 79.º do estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro.

27 de Abril de 2005. — O Ministro da Saúde, António Fernando Correia de Campos.

Despacho n.º 16 234/2005 (2.ª série). — Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 81, de 27 de Abril de 2005, foi criada a Comissão para o Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde às Pessoas Idosas

e às Pessoas em Situação de Dependência (adiante designada abreviadamente por Comissão), cuja composição foi aprovada por despacho conjunto do Ministro da Saúde e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

A Comissão tem, nomeadamente, como objectivos identificar as necessidades não satisfeitas e efectuar um levantamento da oferta instalada, pública, privada e do sector social.

No âmbito das suas atribuições, a Comissão constatou que:

- a) Em 29 de Maio de 2004 foi celebrado, entre o Ministério da Saúde e a União das Misericórdias Portuguesas, um protocolo de cooperação para a prestação de cuidados continuados de saúde, de acordo com o Decreto-Lei n.º 281/2003, de 8 de Novembro;
- b) Nos termos do protocolo, a rede nacional de cuidados continuados de saúde deve ser acompanhada por uma comissão de acompanhamento e monitorização (adiante designada por CAM), composta por sete elementos, três a designar pelo Ministério da Saúde e três a designar pela União das Misericórdias Portuguesas (adiante designada por UMP), sendo presidida por uma personalidade independente a designar pelo Ministro da Saúde, ouvida a UMP;
- c) O protocolo, assinado carece de cabal integração com a rede de cuidados continuados, a criar a partir de proposta da Comissão para o Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde às Pessoas Idosas e às Pessoas em Situação de Dependência, sob pena de manifesta e absoluta desarticulação e desaproveitamento de meios e recursos;
- d) Os acordos de cooperação assinados entre administrações regionais de saúde/hospitais e santas casas da misericórdia, em execução do mencionado protocolo, estão desintegrados de qualquer plano de intervenção e de uma rede que urge criar;
- e) O Dr. António Gabriel Ferreira dos Santos solicitou, em 15 de Março de 2005, a sua substituição na CAM;
- f) A Dr.ª Maria Assunção Martínez Fernandez Macedo dos Santos solicitou, em 22 de Abril de 2005, a concessão da cessação de funções na CAM;
- g) O presidente da CAM determinou, em 17 de Março de 2005, a suspensão dos trabalhos da Comissão, atendendo ao pedido de demissão apresentado e até resolução do mesmo;
- h) A comissão de acompanhamento e monitorização está inactiva, com a conseqüente suspensão de qualquer actividade de acompanhamento, controlo e coordenação da execução do protocolo e dos acordos celebrados ao abrigo do mesmo.

Na sequência da suspensão do protocolo de cooperação de 29 de Maio de 2004, estabelecida pelas partes signatárias em ordem à sua revisão e actualização, torna-se imperioso reactivar a CAM, concretizando as suas funções, de molde a garantir uma eficaz aplicação do protocolo e do Decreto-Lei n.º 281/2003, de 8 de Novembro.

Foi ouvida a UMP, que concordou e aprovou as medidas que a seguir se determinam.

Assim, obtida a aprovação da UMP:

1 — Nomeio, ouvida a União das Misericórdias Portuguesas, os seguintes elementos para constituírem a CAM:

- 1) António Leuschner, presidente do conselho de administração do Hospital Magalhães de Lemos, que preside;
- 2) Em representação do Ministério da Saúde:

- a) Maria João Quintela, da Direcção-Geral da Saúde;
- b) Um representante das administrações regionais de saúde (Alvaro Gomes Pacheco, pela Administração Regional de Saúde do Alentejo, Maria José Fragoso, pela Administração Regional de Saúde do Algarve, João Pedro Pimentel, pela Administração Regional de Saúde do Centro, Maria Ermelinda Dias Felício, pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, e Carolina Maria Reis Teixeira, pela Administração Regional de Saúde do Norte) que integrará, respectivamente, a comissão quando se avaliem ou projectem actividades da respectiva região;
- c) Margarida França, do Instituto da Qualidade da Saúde;

- 3) Em representação da UMP:

- a) Manuel de Barros de Caldas de Almeida, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Mora;
- b) Manuel Carvalho da Silva Pereira, provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim;
- c) Joaquim Alexandre Barros Salazar Coimbra, director clínico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Riba de Ave.

2 — A CAM deverá articular-se com a Comissão para o Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde às Pessoas Idosas e às Pessoas em Situação de Dependência.

3 — A CAM terá as seguintes funções:

- a) Proceder ao levantamento de todos os acordos efectuados ao abrigo do protocolo celebrado em 29 de Maio de 2004 e do Decreto-Lei n.º 281/2003, de 8 de Novembro, e da sua efectividade;
- b) Acompanhar as administrações regionais de saúde e as administrações da rede hospitalar integrada no Serviço Nacional de Saúde no processo de prestação de cuidados continuados de saúde pelas Misericórdias Portuguesas;
- c) Identificar boas práticas;
- d) Assegurar a qualidade dos serviços prestados;
- e) Fazer recomendações e propor alterações no sentido de potenciar a eficácia e a eficiência da rede;
- f) Efectuar visitas de verificação e avaliação dos serviços prestados pelas Misericórdias no âmbito dos acordos de cooperação firmados;
- g) As visitas de verificação deverão ter em conta requisitos da qualidade a propor superiormente pela Comissão para o Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde às Pessoas Idosas e às pessoas Dependentes e pelo IQS;
- h) A CAM deverá debruçar-se sobre os financiamentos concedidos e sua aferição no âmbito das recomendações a propor;
- i) A CAM deverá reunir com as administrações regionais de saúde com a periodicidade que entender aconselhável e de acordo com a região em que incidirem as visitas;
- j) Deverá igualmente reunir com a Comissão para assegurar informações que possam apoiar o próprio trabalho da Comissão.

4 — A CAM poderá solicitar os pareceres técnicos que forem julgados convenientes para a elaboração de propostas e dos relatórios.

5 — A CAM deverá apresentar relatório final da sua actividade contendo recomendações em relação à revisão do protocolo e futuras orientações a prever, devendo igualmente apresentar relatórios de progresso mensais.

6 — A duração do mandato da CAM é de 90 dias contados da publicação do presente despacho.

7 — Aos membros da CAM é concedida dispensa de serviço sempre que solicitados a ausentarem-se dos seus locais de trabalho para colaborar nesta missão.

8 — Pelo presente, fica sem efeito o despacho n.º 27 270/2004 (2.ª série), proferido, em 7 de Dezembro de 2004, pelo Ministro da data de Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 304, de 30 de Dezembro de 2004, que determinou a anterior composição da CAM.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

29 de Junho de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Coimbra

Despacho n.º 16 235/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, subdelego no Dr. Augusto José Azevedo Figueiredo Fernandes, assistente graduado em Medicina Geral e Familiar, no período de 11 a 29 de Julho de 2005, as competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 12 672/2004 (2.ª série), de 24 de Maio, do coordenador da Sub-Região de Saúde de Coimbra, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 151, de 29 de Junho de 2004.

27 de Junho de 2005. — A Directora, *Maria Augusta Mota Faria da Conceição*.

Direcção-Geral da Saúde

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia

Aviso n.º 6955/2005 (2.ª série). — *Concurso n.º 22/2005 — assistente de patologia clínica.* — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 50.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento

dos Concursos de Provedimento dos Lugares de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração de 15 de Dezembro de 2004, de acordo com os planos anuais para abertura de concursos interno e externo de chefe de serviço e de assistente da carreira médica hospitalar, ano de 2004, aprovado por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 18 de Março de 2004, se encontra aberto concurso interno de provedimento para preenchimento de uma vaga de assistente de patologia clínica da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal médico deste Centro Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 1172/95, de 25 de Setembro.

2 — Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — O concurso é institucional, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública e visa exclusivamente o preenchimento da vaga posta a concurso, pelo que se esgota com o preenchimento desta.

4 — Requisitos de admissão:

4.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

4.2 — São requisitos especiais de admissão:

4.2.1 — Possuir o grau de assistente de patologia clínica ou equivalente, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;

4.2.2 — Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

5 — Não poderão candidatar-se funcionários admitidos nos serviços e organismos da Administração Pública e central através de recrutamento externo, designadamente ao abrigo de quotas de descongelamento fixados nos termos dos artigos 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, que não contem um período mínimo de três anos de provedimento em lugar de quadro de pessoal do serviço ou organismo para onde foram recrutados.

5.1 — Exceptuam-se da disposição referida no número anterior os funcionários que tenham ingressado em lugar dos quadros da função pública anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio.

6 — Apresentação de candidaturas:

6.1 — Prazo — o prazo para a apresentação de candidatura é de 20 úteis dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6.2 — Forma — a candidatura deve ser formalizada mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e entregue no Serviço de Pessoal, sito no Hospital Eduardo Santos Silva, à Rua de Conceição Fernandes, 4434-502 Vila Nova de Gaia, pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 6.1.

6.3 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do requerente (nome, residência, código postal e telefone);
- b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente se encontra vinculado;
- c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre;
- d) Indicação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- e) Endereço para onde poderá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

6.4 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados por:

- a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente;
- b) Documento comprovativo do vínculo à função pública;
- c) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;
- d) Cinco exemplares de *curriculum vitae*.